



2ºRTD-RJ - 979458
 Emot:330.37/Distrib:14.09/Lai11/06:17.2
 Mútua/ACOTERJ:10.25/FETJ:68.88
 Lei 4.684/05:17.22 / Tot.Emol.(R\$): 458,0
 PARAM:Vias:5 / Nome(s):2 / Págs:18
 Proc.Estr: N / Avrb:N / Dilic:.

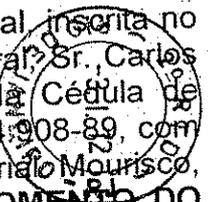


GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., COM AS INTERVENIÊNCIAS DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - INVESTE RIO, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO E DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODIN, NA QUALIDADE DE ÓRGÃO EXECUTOR DO FUNDES, NA FORMA ABAIXO:

De um lado, como primeiro contratante, o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** doravante denominado **FINANCIADOR**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.498.600/0001-73, representado, conforme o Decreto Estadual nº 41.082, de 19 de dezembro de 2007 pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Julio Cesar Carmo Bueno, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 39.819-D, expedida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 548.560.277-00, com endereço profissional nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, 110, 21º andar, Centro, CEP 20040-001, e do outro lado, como segundo contratante a empresa **PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**, doravante denominada **FINANCIADA**, sediada na Cidade de Porto Real, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Renato Monteiro 6901 e 6902 (parte), Polo Urbo Agro Industrial inscrita no CNPJ sob o nº 67.405.936/0001-73, representada neste ato pelo seu Diretor Geral, Sr. Carlos Alberto Mendes dos Santos Gomes, português, casado, executivo, portador da Cédula de Identidade Estrangeiro (RNE) n. V689889-0, inscrito no CPF/MF sob o n. 234.264.908-89, com endereço comercial na Praia de Botafogo, 501, cj. 701-A3, Centro Empresarial Mourisco, Cidade e Estado do Rio Janeiro, com as interveniências da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - INVESTE RIO**, sociedade anônima de economia mista, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Ajuda, 05, 2º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.940.203/0001-81, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor-Presidente, Sr. Mauricio Elias Chacur, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 04.232.739-5, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 709.932.387/34 e por sua Diretora da Área de Operações I, Sra. Roberta Simões Maia, brasileira, divorciada, engenheira, portadora da identidade nº 40.555-D portadora da cédula de identidade nº 02.918.831-5, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 506.611.327/49, ambos residentes e domiciliados na Cidade do Rio de Janeiro, doravante denominada simplesmente **AGENTE FINANCEIRO** e a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODIN**, sociedade de economia mista, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Ajuda, 5, 20º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.124.754/0001-14, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social; por sua Diretora-Presidente, Sra. Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro, brasileira, divorciada, engenheira, portadora da carteira de identidade da SSP-DETRAN-RJ nº 04.557.726-9 de 16/06/2006, inscrita no CPF/MF nº 535.029.577.20, e por seu Diretor de Informações e Estatística, Sr. Pedro Paulo Novellino do

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
 Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 2008
 CERTIFICO E REGISTRO QUE PRESENTE DOCUMENTO
 Foi registrado em 11/01/2008 às 14:05h e 50s
 O Número do Registro é 979458



Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten mark



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rosário, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade do CREA/RJ nº 45973 de 18.10.2007, inscrito no CPF/MF sob o nº 545.746.097-53, ambos residentes e domiciliados nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado **ÓRGÃO EXECUTOR**, resolvem celebrar o presente Contrato de Apoio Financeiro, tendo em vista o enquadramento da FINANCIADA no Programa de Atração de Investimentos Estruturantes – RIOINVEST, instituído pelo Decreto Estadual 23.012, de 25 de março de 1997, tendo como fundamento o projeto aprovado no Processo Administrativo nº E-11/30.205/2011 e a Lei de Enquadramento nº 6.107, publicada em 14 de dezembro de 2011, contrato este que se regerá, no que couber, pelas normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (artigo 62, § 3º, inciso I), da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, do Decreto nº 3149/80, do Decreto-Lei nº 08, de 15 de março de 1975, do Decreto nº 22.921, de 10 de janeiro de 1997 e da Lei nº 6.068, de 27 de outubro de 2.011, estes três últimos que instituíram e regulamentaram o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES, pela legislação aplicável à espécie e pelas seguintes cláusulas condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem por objeto a abertura pelo **FINANCIADOR**, por intermédio do **AGENTE FINANCEIRO**, de linha de crédito à **FINANCIADA**, com recursos oriundos do **FUNDES**, valor de R\$ 4.746.847.000,00 (quatro bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões e oitocentos e quarenta e sete mil reais), para realizar os investimentos relativos à segunda fase do processo de sua implantação no Município de Porto Real, neste Estado do Rio de Janeiro, compreendendo ainda a modernização da planta industrial já existente, a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos e processos de produção e a consolidação de seus produtos e marcas.

Parágrafo Primeiro - O saldo não liberado da linha de crédito de que trata esta Cláusula,apurado em 31 de dezembro de cada ano, será atualizado nesta data pela taxa de juros referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais média do ano.

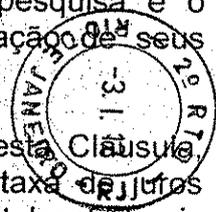
Parágrafo Segundo - A linha de crédito a que se refere esta Cláusula será destinada à **FINANCIADA**, sendo vedada sua utilização para constituição de garantia em favor de terceiros.

Parágrafo Terceiro - Caso haja alguma mudança na legislação, ou outra circunstância que não permita à **FINANCIADA** utilizar o montante do crédito ajustado no caput desta Cláusula no período de utilização de 600 (seiscentos) meses, o **FINANCIADOR** estenderá o prazo de utilização da respectiva linha de crédito para garantir à **FINANCIADA** a sua plena utilização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DO CONTRATO E SUA EXECUÇÃO

O presente contrato deverá vigorar durante o período de utilização do crédito, que será de 600 meses, ressalvado o disposto no Parágrafo Terceiro da Cláusula anterior. Findo esse período ou

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Comissário de Registro de Títulos e Documentos José S. C. Cavalcanti. CERTIFICADO E DOU FE EM QUE O PRESENTE DOCUMENTO FOI PROTOCOLADO, E REGISTRADO, EM 09/04/2015, O DIA DO REGISTRO MERCANTILMENTE, ÀS 11:05:00 HORAS.



REGISTRAR E REGISTRAR A SEGURANÇA

91.045.000

Handwritten initials and signature



Handwritten signatures and initials



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

II - Apresentação de licença ambiental ou documento de efeito equivalente expedida por órgão estadual competente, comprovando que a planta industrial da **FINANCIADA** situada em Porto Real obedece às normas da legislação ambiental vigente, mediante solicitação prévia e formal à **FINANCIADA**.

Parágrafo Primeiro - O **FINANCIADOR**, o **ÓRGÃO EXECUTOR** e o **AGENTE FINANCEIRO** poderão exigir, a qualquer tempo durante a vigência do presente contrato, a apresentação pela **FINANCIADA** da documentação a que se referem os incisos I e II do "caput" desta Cláusula, obrigando-se a **FINANCIADA** a cumprir tal exigência no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da solicitação.

Parágrafo Segundo - Para os fins previstos neste contrato, em especial o disposto nesta Cláusula, considerar-se-á em situação regular o contribuinte que tenha débito:

I - objeto de parcelamento que esteja sendo cumprido regularmente;

II - inscrito na Dívida Ativa e ajuizado, garantido por depósito judicial ou administrativo, fiança bancária, imóvel com penhora devidamente formalizada ou, ainda, outro tipo de garantia, juro da Procuradoria Geral do Estado;

III - reclamado por meio de auto de infração ou imposição de multa não julgado definitivamente na esfera administrativa; ou

IV - com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional



CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DA FINANCIADA

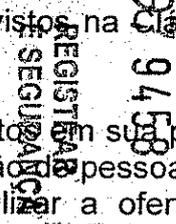
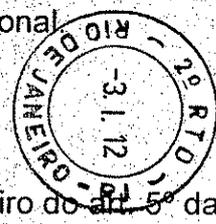
São obrigações da **FINANCIADA**, para os efeitos do disposto no Parágrafo Terceiro do art. 5º da Lei nº 6.068/2011:

I - realizar, no prazo de vigência do presente contrato, os investimentos previstos na Cláusula Primeira;

II - atingir até a maturação do projeto a geração de mais 1.700 empregos diretos em sua planta industrial situada em Porto Real, priorizando sempre que possível a contratação de pessoas em seus primeiros empregos, contando com o apoio do **ESTADO** para viabilizar a oferta de formação técnica adequada a essas pessoas;

III - em conjunto com o **ESTADO**, atrair novas instalações industriais de seus fornecedores próximos à fábrica, num raio de 150 km em relação à fábrica de Porto Real, priorizando a região Sul Fluminense;

IV - investir 1% (um por cento) dos recursos financiados, decrescidos de eventuais valores pré-liquidados, pela **FINANCIADA** no âmbito deste contrato em projetos sociais, culturais, desportivos, ambientais, de ciência e tecnologia e ensino técnico profissionalizante, próprios ou de terceiros (a exclusivo critério da **FINANCIADA**), contribuindo de uma maneira sustentável





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

para o desenvolvimento econômico e social da população local do município do empreendimento ou do Sul Fluminense;

V - envidar melhores esforços para adquirir suprimentos ou serviços de fornecedores situados no Estado do Rio de Janeiro desde que tenham condições de preço e qualidade competitivas; e

VI - priorizar os portos e aeroportos fluminenses para realizar todo o procedimento de importação e de desembaraço aduaneiro de máquinas e equipamentos que venham a integrar o ativo fixo da planta industrial situada em Porto Real, desde que a utilização de portos e aeroportos fluminenses seja economicamente viável, atendendo à capacidade demandada pela **FINANCIADA**, bem como não influenciando na competitividade da mesma de forma negativa.

Parágrafo Único - A **FINANCIADA** deverá informar ao **FINANCIADOR** qualquer evento de reestruturação societária que tenha impacto significativo no controle da **FINANCIADA** (impacto significativo sendo entendido como alteração de mais de 20% do controle acionário direto da **FINANCIADA** para empresas que não pertençam ao seu grupo econômico), em até 30 (trinta) dias da data do efetivo registro do respectivo ato societário.

Arquivo de Registro de Documentos
Estado do Rio de Janeiro
Cartório de Registro de Imóveis e Documentos
Rua...
Rio de Janeiro, RJ

CLÁUSULA QUINTA - DOS JUROS

Sobre o saldo devedor diário em relação as liberações não pagas do crédito, apresentado na conta de financiamento, incidirão juros remuneratórios nominais fixos de 1% (um por cento) ao ano, calculados pelo sistema de dias corridos com base na taxa proporcional diária nas datas de liberação das parcelas do financiamento.



Parágrafo Primeiro - A taxa diária de juros será o resultado da taxa anual dividida por 360 (trezentos e sessenta), sendo considerados, nos períodos incompletos, os dias decorridos no mês pela taxa diária correspondente.

Parágrafo Segundo - A exigibilidade dos juros ocorrerá sempre no dia 28 (vinte e oito) de cada mês (data base), observado o disposto no *caput* desta Cláusula, sendo o respectivo pagamento efetuado trimestralmente no período de carência.

REGISTRAR E SEGURANÇA
7 9 45

Parágrafo Terceiro - Respeitado o disposto nesta Cláusula, os juros serão pagos na forma prevista pelos Parágrafos Primeiro e Segundo da Cláusula Sexta.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA E PRAZOS DE PAGAMENTO DO VALOR FINANCIADO

O pagamento pela **FINANCIADA** do saldo devedor referente a cada parcela mensal liberada, objeto do financiamento de que trata este contrato será feito uma vez cumprido o prazo de carência de cada parcela, conforme previsto na Cláusula Segunda, Parágrafo Terceiro, devendo referido pagamento ser efetuado pela **FINANCIADA** no dia 28 (vinte e oito) do mês subsequente ao do término do referido prazo de carência.

Parágrafo Primeiro - O **AGENTE FINANCEIRO** encaminhará à **FINANCIADA**, trimestralmente durante o prazo de carência, aviso de cobrança em relação aos valores de juros e/ou saldo

Handwritten signatures and initials





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

devedor devidos, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias úteis da data prevista para o pagamento a que alude o *caput* desta Cláusula, ficando ajustado que o não recebimento do referido aviso pela **FINANCIADA** não a exime do cumprimento da obrigação de quitar os respectivos valores nas datas pactuadas no presente instrumento.

Parágrafo Segundo - Todos os pagamentos devem ser efetuados, em moeda nacional, por meio da rede bancária, mediante documento a ser indicado pelo **AGENTE FINANCEIRO**, por escrito, conforme disposto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

Parágrafo Terceiro - Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, estaduais, distritais ou municipais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos deste Contrato, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sem quaisquer acréscimos de encargos.

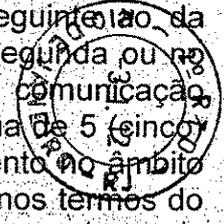
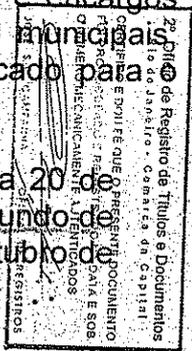
Parágrafo Quarto - O **FINANCIADOR** terá a faculdade de promover leilão, no dia 20 de cada mês (e se a data não for dia útil, no primeiro dia útil antecedente) do crédito oriundo de cada parcela utilizada pela **FINANCIADA** nos termos da Lei nº. 6.068, de 27 de outubro de 2.011.

Parágrafo Quinto - Na hipótese de o Financiador não promover o leilão a que se refere o Parágrafo Quarto desta Cláusula, ou este não tiver arrematante, a **FINANCIADA** poderá, a seu único e exclusivo critério, até o 30º (trigésimo) dia do mês imediatamente seguinte à liberação de cada parcela mensal prevista no Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda ou no primeiro dia útil antecedente, se aquela data recair em dia não útil, mediante comunicação escrita ao **FINANCIADOR** e ao **AGENTE FINANCEIRO**, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, pagar antecipadamente o total do saldo devedor objeto do financiamento no âmbito do presente contrato, acrescido dos encargos devidos até a data do pagamento, nos termos do Parágrafo Sexto desta Cláusula.

Parágrafo Sexto - Na hipótese prevista no Parágrafo Quinto desta Cláusula, o valor liquidado antecipadamente corresponderá ao valor presente da dívida em aberto na data da liquidação, que nos termos deste Contrato corresponderá a 5% do saldo devedor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO INADIMPLEMENTO DA FINANCIADA

No caso de inadimplemento de qualquer obrigação financeira, aplicar-se-á correção monetária sobre a prestação vencida e não paga, com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, ou, em sua falta, índice que venha a substituí-lo ou outro que preserve o valor da moeda, adotando-se critério pro-rata dia e utilizando-se, como referência, os índices positivos divulgados no período a partir do mês anterior ao do vencimento da obrigação até o mês anterior ao do efetivo pagamento da dívida. Sobre a prestação vencida e não paga corrigida serão aplicados, como encargos de inadimplemento, multa correspondente a 10% (dez por cento) e juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano, pro-rata dia, de acordo com a metodologia linear, com base no calendário comercial de 360 (trezentos e sessenta) dias.



9458 REGISTRAR SEGURANÇA

e

A



AM



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FINANCEIRO, efetuará a notificação extrajudicial da **FINANCIADA**, para regularização da situação, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento da notificação, sendo certo que não se computará nesse prazo o período entre o inadimplemento da obrigação tributária e sua inscrição em dívida ativa.

Parágrafo Segundo - Excedido o prazo de 60 (sessenta) dias fixado no Parágrafo Primeiro, prorrogável por igual período a pedido justificado da **FINANCIADA**, sem que a **FINANCIADA** tenha sanado a irregularidade, este Contrato poderá ser rescindido, em caráter definitivo, a exclusivo critério do **FINANCIADOR**, obrigando-se a **FINANCIADA** a ressarcir ao **FINANCIADOR** todo o valor já liberado e não liquidado nos termos dos Parágrafos Quinto e Sexto da Cláusula Sexta, corrigido monetariamente e acrescido dos encargos financeiros fixados na Cláusula Sétima deste instrumento, a partir de seu efetivo inadimplemento, sem prejuízo do pagamento dos encargos contratuais.

Parágrafo Terceiro - Caso a **FINANCIADA** e suas respectivas controladas, ou quaisquer empresas que participem do mesmo grupo de sociedades que possuam financiamento semelhante, venham a ter seu contrato de financiamento rescindido não farão jus a novas operações ao amparo do **FUNDES**, entendendo-se, para efeito do presente Contrato, como grupo de sociedades, o grupo de empresas que estejam, direta ou indiretamente, sob o mesmo controle societário.

Parágrafo Quarto - Conforme o disposto no parágrafo único do art. 78 da Lei n. 8.666/93, os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos de processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei n. 5.427, de 1º de abril de 2009.

2º - Oficial de Registro de Títulos e Documentos
Rio de Janeiro, 03 de Setembro de 2011
CERTIFICADO DE REGISTRO DE DOCUMENTOS
FOI PROTOCOLADO EM 03/09/2011 ÀS 14:58:00
O NÚMERO DO REGISTRO É 11.123.456.789
JOSE A. S. SILVA - Oficial de Registro

20. RTD
RIO DE JANEIRO - RJ
- 31.12

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

A **FINANCIADA** obriga-se, mediante solicitação do **FINANCIADOR**, no prazo de 30 dias, podendo ser prorrogável por iguais períodos sucessivos, desde que comprovada, pela **FINANCIADA**, a solicitação de referidas informações, fornecer ao **FINANCIADOR**, por intermédio do **ÓRGÃO EXECUTOR** e/ou de qualquer outro órgão que venha a ser por ela designado, e ao **AGENTE FINANCEIRO**, documentos ou informações que lhe forem solicitados destinados a comprovar que a **FINANCIADA** se encontra em situação econômico-financeira que lhe permita cumprir com as obrigações previstas neste contrato, tais como: demonstrações financeiras, balanços, balancetes, atas, certidões, inclusive de tributos federais, em especial de regularidade de situação perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, estaduais, em especial mediante a comprovação de inexistência ou garantia total de débitos tributários, expedida pela Procuradoria Geral do Estado - PGE e de regularidade fiscal expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ e municipais, apenas em seu nome, objetivando o acompanhamento da sua situação cadastral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMISSÕES

A **FINANCIADA** obriga-se ao pagamento das seguintes comissões:

AS JUR
VISTO
SEDEIS

[Handwritten signatures]



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA EM RAZÃO DO REEMBOLSO DOS CUSTOS OPERACIONAIS - O ÓRGÃO EXECUTOR e o AGENTE FINANCEIRO farão jus, cada um, a título de remuneração de custos operacionais, a 0,5% (meio por cento) do valor de cada parcela do financiamento contratado, no ato de sua liberação, cabendo, ainda, ao AGENTE FINANCEIRO 0,7% (sete décimos por cento) e ao ÓRGÃO EXECUTOR 0,3% (três décimos por cento) de cada valor de pagamento realizado pela FINANCIADA durante todo o período de vigência deste contrato, a título de juros, amortização e todo e qualquer encargo, inclusive na hipótese de liquidação nos termos dos Parágrafos Quinto e Sexto da Cláusula Sexta;

II - COMISSÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL - Devida ao AGENTE FINANCEIRO em razão de pedido da FINANCIADA, para modificação que seja de seu exclusivo interesse, de quaisquer avenças constantes do presente instrumento, comissão essa no montante correspondente a 0,02% (dois centésimos por cento) do valor do saldo devedor, à data do pedido, respeitado limite máximo ("teto") de 16.081,4795 UFIR's-RJ (Unidade Fiscal do Estado do Rio de Janeiro)

Parágrafo Primeiro - O pagamento das comissões a que se refere o caput desta Cláusula será efetuado se-á contra avisos de cobrança enviados pelo AGENTE FINANCEIRO à FINANCIADA com antecedência mínima de 04 (quatro) dias das datas dos respectivos pagamentos e será efetuado na forma prevista no Parágrafo Segundo da Cláusula Sexta deste instrumento, cabendo ao AGENTE FINANCEIRO partilhar seu montante em porções previstas no inciso I do caput desta Cláusula, não podendo ser a FINANCIADA responsabilizada de qualquer forma pelo não repasse dos valores pelo AGENTE FINANCEIRO à CODIN, ficando ajustado que o não recebimento do referido aviso de cobrança pela FINANCIADA não a exime do cumprimento da obrigação de quitar os respectivos valores nas datas pactuadas.

Parágrafo Segundo - A comissão de que trata o inciso I do caput desta Cláusula será sempre devida, ainda que a FINANCIADA utilize a prerrogativa das compensações prevista na Cláusula Décima Terceira deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO INADIMPLEMENTO DO FINANCIADOR

Na hipótese do Parágrafo Sexto da Cláusula Segunda, a FINANCIADA deverá realizar compensação das parcelas não liberadas, nos prazos fixados no presente instrumento, com valores relativos aos tributos estaduais devidos pela FINANCIADA ao FINANCIADOR, observado o procedimento estabelecido na Lei Estadual nº 2.823/97, com a redação introduzida pela Lei Estadual nº 3.347/99.

Parágrafo Primeiro - Para os fins deste Contrato, entendem-se como tributos estaduais devidos pela FINANCIADA ao FINANCIADOR, na forma do caput desta Cláusula, no que se refere ao ICMS, o valor efetivamente apurado pela FINANCIADA e devido ao Estado pelos estabelecimentos que realizem as operações de vendas e transferências mencionadas no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda, no sistema de apuração normal, nos termos da legislação vigente na data da apuração.

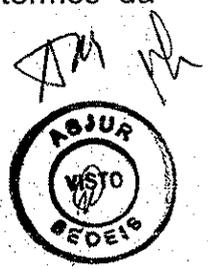
2º. Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Rio de Janeiro, 31 de Maio de 2000
O Registrador, *[assinatura]*
O Tabelião, *[assinatura]*



REGISTRADO
E SEQUENCIADO
979450

a

[assinatura]
[assinatura]





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Parágrafo Segundo - Na hipótese de o **FINANCIADOR** não liberar as parcelas relativas ao financiamento ora pactuado, a **FINANCIADA** compensará, no mês seguinte, o valor da parcela do financiamento não liberada com o montante do ICMS devido no período de apuração.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de o valor da parcela não repassada pelo **FINANCIADOR** ser superior ao do ICMS a que se refere o *caput*, será permitido compensar crédito financeiro do qual a **FINANCIADA** seja titular para com o imposto apurado e devido no mês subsequente, adotando-se o mesmo critério para os meses subsequentes, sendo vedada a dedução tributária, de qualquer espécie, que não obedeça ao disposto nesta Cláusula.

Parágrafo Quarto - Caso exerça o direito à compensação a que se refere esta Cláusula, a **FINANCIADA** estará isenta dos encargos financeiros a que se refere a Cláusula Quinta e Sexta, bem como da correção do valor compensado com relação ao período compreendido entre a data prevista para liberação da parcela e a data do exercício do direito à compensação, no mês de referência de apuração.

Parágrafo Quinto - O direito à compensação do ICMS de que trata esta Cláusula não implica o reconhecimento pelo **FINANCIADOR** da regularidade da escrituração fiscal da **FINANCIADA**, nem homologação do lançamento fiscal referente aos valores apurados e objeto de compensação pela **FINANCIADA**.

Parágrafo Sexto - A **FINANCIADA** reconhece, desde já, para todos os efeitos legais, como dívida líquida e certa, a ser paga na forma das Cláusulas Quinta e Sexta do presente instrumento, os valores objeto da compensação prevista nesta Cláusula, nos termos e condições estipulados na Cláusula Segunda.

Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Ribeirão Preto - SP
12/12/2011
O presente documento foi registrado em nome de
DOMINGOS NEVES ALMEIDA JUREMAYNE
em 12/12/2011 às 14:58h
Ficha nº 11111111



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL

Pelo presente instrumento, a **FINANCIADA** autoriza o **AGENTE FINANCEIRO** a fornecer ao **FINANCIADOR**, por intermédio do **ÓRGÃO EXECUTOR** ou de outro órgão por este indicado, as informações pertinentes à análise de cadastro.

REGISTRAR
EM
SEGURANÇA
930458

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DECLARAÇÕES ESPECIAIS DA FINANCIADA

A **FINANCIADA**, neste ato, declara que se compromete a apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, declaração informando a existência de ações, firmada por seus representantes legalmente constituídos, e na forma que vier a ser exigida pelo **FINANCIADOR**, de que figura como ré em ação judicial cujo desfecho afete ou venha a afetar sua situação econômico-financeira ou prejudique ou venha a prejudicar o cumprimento das obrigações ora assumidas, assim entendidas as ações que individualmente representem uma provisão contábil superior a 50% do seu patrimônio líquido apurado no balanço levantado ao final do exercício social anterior ao da propositura da ação.

6

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



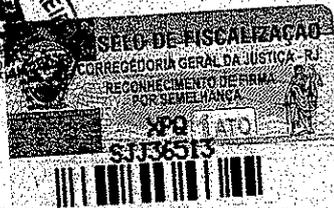
249 OFICIO DE NOTAS JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C - Fone:3553-6021 N9:111229151928
Reconheço por semelhança a firma de: JULIO CESAR CACNO BUENO, a qual
confere com o padrão assinado em cartório.

Valores
Firma.....R\$ 1.27
Proc.dados.....R\$ 4.06
Total.....R\$ 5.27

Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 2011.

Em testemunho da verdade.

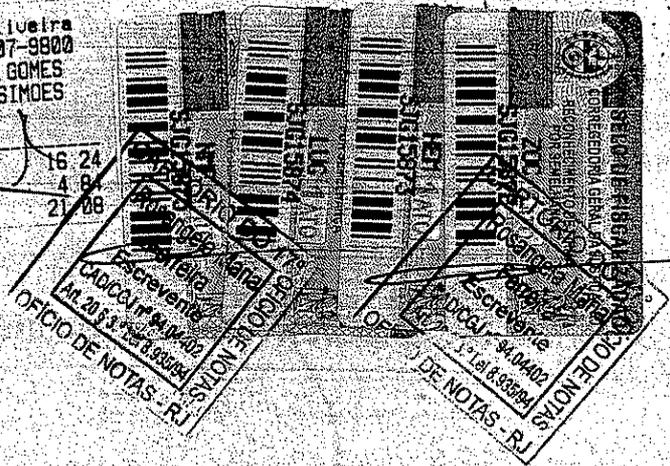
OLAIR PONTES FERREIRA



17ª OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9800
 Reconheço por semelhança as firmas de: MARIA DA CONCEICAO GOMES
 LOPES RIBEIRO, PEDRO PAULO NOVELLINO DO ROSARIO, ROBERTA SIMOES
 MAIA DE ARAUJO e MAURICIO ELIAS CHACUR (Cod:087C7321AE4B)
 Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2011. Conf. por

Em Testemunho da verdade	Servente	16,24
	30% TJ+FUNDOS	4,84
	Total	21,08

Rosângela Maria Ferreira - Aut.



23. Ofício de Notas-MATRIZ - Notário: GUIO MACIEL

Av. Nilo Pecanha, 26 - LOJA A - RJ - Tel: 2144-7474

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:

[0273289]-CARLOS ALBERTO MENDES DOS SANTOS GOMES

23º OFÍCIO DE NOTAS
 Humberto Caxias Alves
 Escrevente
 O.P.S. 438227

Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 2011 às 11:39:30

Em Testemunho da Verdade.

HUMBERTO CAXIAS ALVES-ESCREVENTE -

Usuário do sistema: ANA EMILIA PEGADO DE LOUZA -

Total - R\$ 5,27



ANEXO II - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO

Previsões	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quantitativo estimado de produção de veículos	125.000	180.000	200.000	230.000	240.000	250.000	260.000	270.000	280.000
Quantitativo estimado de importação de veículos	80.000	100.000	120.000	130.000	140.000	150.000	160.000	170.000	180.000
Estimativa de liberação do crédito (Milhões de R\$)	339	425	507	555	594	634	673	712	308
Financiamento acumulado (Estimativa em Milhões de R\$)	339	765	1.271	1.826	2.421	3.054	3.727	4.439	4.747

Quantitativo estimado de veículos produzidos e importados e estimativa de liberação do crédito para a Fase II de implantação da Peugeot Citroën do Brasil Automóveis Ltda.

2º OFÍCIO DE REGISTRO
DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS. ANEXO
AO DOCUMENTO
MICROFILMADO SOB Nº
979458



ANEXO I - CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

	2.011	2.012	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	TOTAL
Estimativa de Investimentos (M Brl)											
ESTUDOS E PROJETOS	128,261	104,242	103,241	77,244	84,443	37,464	46,829	56,195	65,561	74,927	778,407
OBRAS CIVIS E INSTALAÇÕES	392,777	268,745	258,110	177,825	134,125	59,505	49,381	114,258	104,134	119,010	1.677,870
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	174,377	184,875	109,100	139,125	175,075	77,673	72,091	141,509	135,927	155,345	1.365,097
OUTROS	187,271	175,953	206,046	108,854	57,159	25,359	31,698	38,038	44,378	50,718	925,473
TOTAL	882,686	733,815	676,487	503,048	450,802	200,000	200,000	350,000	350,000	400,000	4.746,847

Total Acumulado	882,686	1.616,500	2.292,997	2.796,045	3.246,847	3.446,847	3.646,847	3.996,847	4.346,847	4.746,847
-----------------	---------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Valores estimativos de desembolso para a Fase II de implantação da Peugeot Citroën do Brasil Automóveis Ltda.

2º OFÍCIO DE REGISTRO
DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS. ANEXO
AO DOCUMENTO
MICROFILMADO SOB O
Nº 979458



Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Agência Estadual de Fomento

Presidência

1º TERMO ADITIVO E DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO CELEBRADO EM 28 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A PEUGEOT-CITROËN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., NA FORMA ABAIXO

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.498.600/0001-71, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, **Cláudio Bonfim de Castro e Silva**, com domicílio profissional no município do Rio de Janeiro, no Palácio Guanabara, Rua Pinheiro Machado, s/nº, Laranjeiras, doravante denominado **FINANCIADOR**, e de outro lado **PEUGEOT-CITROËN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**, sociedade estabelecida na Cidade de Porto Real, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Renato Monteiro, 6901 e 6902 (parte), Polo Urbo Agro Industrial, inscrita no CNPJ sob o nº 67.405.936/0001-73, e com inscrição estadual IE nº 85.874.04-7, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada **FINANCIADA**, resolvem celebrar o presente 1º Termo Aditivo e de Rerratificação ao Contrato de Apoio Financeiro celebrado em 28 de dezembro de 2011, que se regerá pela legislação aplicável à espécie e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a repactuação das obrigações da **FINANCIADA** previstas na Cláusula Quarta do Contrato de Apoio Financeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Ficam alterados os incisos II, III, IV, V e VI da Cláusula Quarta do Contrato e incluído o inciso II.1 na mesma Cláusula, mantidas as demais disposições, em conformidade com a decisão do Secretário de Estado de Fazenda, nos autos do processo SEI-220009/000190/2022, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 23 de maio de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DA FINANCIADA

São obrigações da **FINANCIADA**, para os efeitos do disposto no Parágrafo Terceiro do art. 5º da Lei nº 6.068/2011:

(...)

II - Manter, a partir da assinatura do presente aditivo até o final da vigência do Contrato, pelo menos 1700 empregos diretos vinculados ao Polo Industrial de Porto Real e relacionados às atividades da planta da financiada.

II.1- Fica definido que, conforme Art. 2º, § 3º do Decreto Estadual nº 47.201, em caso de mudanças supervenientes nas normas constitucionais ou em qualquer legislação federal, estadual ou municipal, assim como no caso de quaisquer eventos externos ou imprevisíveis que possam afetar, direta ou indiretamente, a execução dos compromissos assumidos pelas partes, a parte afetada se compromete a informar a outra parte para que possa justificar e/ou adequar os pontos afetados deste contrato.

III - Garantir, a partir da assinatura do presente aditivo até o final da vigência do contrato, a permanência de, no mínimo, dois fornecedores na região, num raio de 150 km em relação à fábrica de Porto Real, priorizando a região Sul Fluminense

IV - Caso haja parcelas não liquidadas no ano calendário, a **FINANCIADA** deverá comprovar, até o sexto mês do ano subsequente, o investimento de 1% (um por cento) deste saldo em projetos sociais, culturais, desportivos, ambientais, de ciência e tecnologia e ensino técnico profissionalizante, próprios ou de terceiros (exclusivo critério da financiada), contribuindo de uma maneira sustentável para o desenvolvimento econômico e social da população local do empreendimento ou do Sul Fluminense. Para fins desta cláusula entende-se como “parcelas não liquidadas” aquelas que não foram objeto de liquidação antecipada, na forma dos Parágrafos Quinto e Sexto da Cláusula Sexta deste contrato.

V - Do valor monetário total de compras de suprimento e serviço nacionais realizadas pela **FINANCIADA**, no decorrer de cada ano-calendário, adquirir pelo menos 1/4 (um quarto) de fornecedores situados no Estado do Rio de Janeiro, considerando a partir da assinatura do presente aditivo até o final da vigência do contrato.

VI - Realizar pelo menos 90% do valor monetário total das operações de importação e de desembaraço aduaneiro, no decorrer de cada ano-calendário, de máquinas e equipamentos que venham a integrar o ativo fixo da planta industrial situada em Porto Real em portos e aeroportos fluminenses, considerando a partir da assinatura do presente aditivo até o final da vigência do contrato.

(...)”

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Com exceção das modificações acima convencionadas, ficam ratificadas todas as demais cláusulas do Contrato original, firmado em 28 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo será publicado, pelo **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

E, por estarem assim justas e acordadas, o presente instrumento será firmado por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

Pelo **FINANCIADOR:**

Claudio Bonfim de Castro e Silva
GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Pela **FINANCIADA:**

Glauber Fullana de Assis
DIRETOR

TESTEMUNHAS:

Marcio de Lima Leite
CPF/MF: 639.263.936-53

Hígor Cauê de Souza Oliveira
CPF/MF: 418.937.708-26



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de Lima Leite, Usuário Externo**, em 27/05/2024, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Higor Caue de Souza Oliveira, Assessor Especial**, em 27/05/2024, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **GLAUBER FULLANA DE ASSIS, Usuário Externo**, em 27/05/2024, às 21:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Governador**, em 04/06/2024, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **75497271** e o código CRC **F869C819**.

Referência: Processo nº SEI-220009/000190/2022

SEI nº 75497271

Av. Rio Branco,, 245 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-917
Telefone: